

CIÊNCIA E IDEOLOGIA: A LÓGICA DA PARTICULARIDADE SEGUNDO GEORGE LUKÁCS

Terezinha Ferrari
Pós-Graduação – PUC - SP.

1985 é o ano do centenário do nascimento de George Lukács, filósofo húngaro nascido a 13 de abril de 1885 e morto em 4 de junho de 1971. Nesta longa existência viveu e pensou a sua época e o resultado deste seu pensamento, feito práxis, pouco se conhece no Brasil. No entanto, não faltam nunca os inúmeros críticos aqui ou acolá; críticas lhe são endereçadas, ainda hoje, muito mais pelas suas opções políticas vistas sob o lado exclusivamente empírico delas, ao invés de críticas à sua obra mais profunda. Não lhe perdoam os críticos guardiães da democracia liberal burguesa, sua opção por Moscou na década de 30. Ao contrário de muitos intelectuais (Ernest Bloch, Marcuse, Adorno) que saíram da Europa oriental (Alemanha, Áustria, Hungria) e que foram para a América do Norte em função do perigo nazista, Lukács emigrou para a União Soviética, e é lá que foi, apesar das exigências estalinistas, manter a coerência à ortodoxia marxista, no sentido já por ele formulado em 1923 em HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE – a ortodoxia ao método concretizado por Marx e Engels.

Lukács foi um dos raros pensadores que neste século XX fez avançar o marxismo, século pródigo em criar opositores e falsificadores do materialismo dialético. Neste sentido, Lukács é um pensador para quem “o saber é um imperativo do agir e a ação um ato categórico conduzido pela razão” (1). Ao longo de sua obra, afirma a necessidade e a possibilidade de conhecimento da realidade em franca oposição àqueles autores que apesar dos volteios filosóficos, muitas vezes obscurantistas, concluem a impossibilidade de conhecimento pleno da realidade apelando para um neokantismo destituído das melhores qualidades teóricas do Kant original.

Desta impossibilidade de conhecimento pleno da realidade, Lukács acusa a produção ideológica originada do modo de produção capitalista, na sua fase imperialista, de comprometida com o “status quo” e que seu procedimento metodológico é antes de mais nada imbuído de irracionalismo que “privilegia a intuição”, que despreza a razão e elitiza o conhecimento(2), impedindo que a teoria se torne uma arma quando possuída pelas massas, isto é, que se torne revolucionária.

O primado central marxista da obra lukacsiana: a capacidade de o homem tomar para si o concreto e transformá-lo em concreto pensado não é um mero dote fisiológico, naturalista da capacidade humana de pensar, não se trata de uma mera extensão da naturalidade humana em ser “sapiens”, não se trata de um mero pensar contemplativo e passivo, que resulta em um conhecimento demagógico da natureza humana e apologético das relações liberais burguesas; natureza e liberdade tomadas em geral, abstratamente. O pensar é um processo social e não natural.

Contra a mera naturalidade do pensar, Lukács recupera da dialética marxista a particularidade, ponto essencial de sua obra, sistematizada na ESTÉTICA e na INTRODUÇÃO A UMA ESTÉTICA MARXISTA.

As várias questões em torno da lógica da particularidade não poderiam ser analisadas em tão curto espaço. No entanto, propomo-nos aqui, na restrição que o espaço impõe, a chamar a atenção justamente para a *existência* de tal problemática.

Acreditamos que o grande problema que hoje enfrenta a produção científica relativa ao todo social é a não compreensão de que é impossível elaborar uma teoria revolucionária — chamamos a atenção para o fato de ser este o nosso principal objetivo — a partir de universais abstratos. Segundo Lukács, em oposição à produção ideológica apologética da burguesia somente é possível a apreensão da realidade a partir da lógica da particularidade, porque é esta categoria a reveladora do caminho para a apreensão possível e verdadeira da realidade. É o particular que contém em si a dimensão da mediação, da determinação. E a ciência — revolucionária — é a captação pela via do pensamento deste particular, isto é do campo das mediações e determinações do real (3).

A produção burguesa do século XX com a qual Lukács polemizou a vida inteira encontra-se em um círculo vicioso que não lhe dá condições de apontar as saídas históricas para as crises que o capitalismo enfrenta e portanto para a própria burguesia. Esta produção acaba se prendendo ou às singularidades dos processos, o imediatamente dado, ou em outro extremo perdem-se nas questões dos universais abstratos: a política, o poder, a democracia, a cultura etc... (no fim deste artigo aludiremos novamente a esta questão). A captação da singularidade é constatação do empírico, é o fenômeno “mudo” isolado; por outro lado, a universalidade tomada enquanto realidade é generalidade abstrata. O singular emudecido toma voz quando tomado relativamente à determinação do particular, quando particularizado; o universal deixa de ser generalidade quando passa a ser visto através das suas múltiplas determinações passando a ser concreto determinado (4) apreendido pelo pensamento e como síntese de “generalizações determinadas” de particularidades.

A compreensão da lógica da particularidade permite, pois, resolver os becos sem saída que fatalmente a produção burguesa produz quando esta, ao não compreender conceitos originados a partir da análise dos processos particulares, toma a contradição imanente à realidade concreta como conflitos ou oposições, enquanto que do ponto de vista teórico-metodológico marxista, as contradições “devem ser compreendidas ... como casos concretos e expressões de uma dialética do universal e do particular” (5).

A burguesia decadente, segundo Lukács, procura através de suas ideologias impor a noção de homem isolado, individualizado, não determinado historicamente, e a este homem individualizado contrapõe o todo social “... o homem singular... é contraposto à totalidade afastando-se idealmente dele todas as mediações sociais ... no seio de todas estas concepções esconde-se a rebelião da burguesia decadente contra o reconhecimento da determinação de classe dos homens, da luta de classe da sociedade ...” (6).

Segundo a vertente marxista da análise do particular, Lukács reconheceu que a miséria húngara, chão histórico da sua formação, necessitava de ser entendida para responder aos imperativos políticos de seu tempo. Para tanto compreendeu a importância da teorização que Marx e Engels levaram à frente quando analisavam o momento político alemão da segunda metade do século XIX (vide final deste artigo relação de textos fundamentais onde Marx e Engels demonstram esta questão). Verificaram que a situação de miséria material de seus países encobriam as relações de acumulação dominantes, encobriam um emaranhado político autonomizado e encobriam a política conciliatória da burguesia com a atrasada aristocracia fundiária, o que impossibilitava qualquer avanço democrático radical. Lukács reconheceu e aprofundou a orientação da ontologia marxista de que uma situação de miséria exige maior compreensão da realidade para que a superação dela seja possível. A miséria instiga o aprofundamento teórico da realidade, não permite que sobre ela recaia modelos teóricos de análise originados da compreensão dos caminhos percorridos pelos países onde a acumulação capitalista se fez de maneira radical — clássica.

Para compreensão da questão das vias de objetivação do capitalismo que incorre na captação das vias particulares que o modo de produção capitalista percorreu, Lukács chama atenção para a noção de desenvolvimento econômico desigual: “É da maior obviedade o fato de que (as condições de desenvolvimento econômico) nos diversos países são diversas ... a desigualdade desempenha ... na realidade, uma ação freqüentemente surpreendente, ou melhor profundamente subversiva ... o fato determinante é que o desenvolvimento da economia cria sempre — poder-se-ia mesmo dizer, continuamente — novas situações, diante das quais os grupos humanos interessados (desde as tribos até as nações) se apresentam, objetiva e subjetivamente, com bastante diversa capacidade para realizá-lo, elaborá-lo, promovê-lo etc. Com isso, o relativo equilíbrio entre tais grupos, freqüentemente bastante precário, termina sempre por ser anulado; a ascensão de um e a queda do outro emprestam ao desenvolvimento global uma face inteiramente transformada” (7).

A não compreensão da geração do real enquanto descompasso e desi-

gualdade gera modelos de análise que não permitem a apreensão do real enquanto “síntese de múltiplas determinações”, enquanto particularidade. Tomam-se os processos puros e radicais como sendo comuns e principalmente possíveis de repetição em outras organizações econômicas.

As vias particulares de objetivação do universal modo de produção capitalista foram caracterizadas e teorizadas pelos clássicos do marxismo. São as vias clássica — Inglaterra e França, e a via prussiana — originária da miséria alemã. Obviamente a realidade não se esgota mediante estes dois conceitos, porque na medida da continuidade da difusão do capital novas alternativas foram produzidas. Se tomarmos pelos resultados, considerados relativamente, os desdobramentos históricos dos países capitalistas, verificamos suas diferenças. Por tais resultados diferenciados podemos observar gêneses distintas, formações sociais marcadas pelo nível de autonomia e dependência do capital e das classes que dinamizam a relação capital trabalho da sociedade como um todo.

O modo de produção capitalista enquanto universalidade que se põe e repõe, forja vias particulares de objetivação. Há desigualdades históricas entre os países que se inseriram na órbita do capital. A compreensão destas desigualdades é possibilitada pela apreensão das formas particulares de mediação entre o universal e o singular. A questão é apreender o processo de objetivação do capitalismo enquanto particularidades a serem apreendidas, para tanto devemos entender que “... a sociedade pode se apresentar, *mais* ou *menos* desenvolvida do ponto de vista capitalista, *mais* ou *menos* expurgada de elementos pré-capitalista, *mais* ou *menos* modificada pelo processo histórico particular de cada país. De maneira que há modos e estágios de ser, no ser e no ir sendo capitalismo, que não desmentem a anatomia, mas que a realizam através de concreções específicas”, continuando: “tudo considerado, não se está em face do conceito modo de produção, como diante de um quadro sintético, rígido na sua unidirecionalidade achatada de uma só dimensão, mas diante de uma totalidade anatomicamente ordenada e em processo, apta e obrigada a colher o particular concreto” (8). Então a “anatomia” do universal não é só mantida, como somente se mantém a partir das suas manifestações particulares no ir sendo capitalista. A totalidade das concreções dos vários particulares não são somente faces do universal, mas constituem a totalidade do universal inteiro, o particular preserva e aprofunda traços do universal, determinando-o, e este mesmo é formado por estes traços e neles é preservado.

Retomando, à luz da categoria da particularidade o pensamento científico elaborou noções que comportam o ser capitalista: a chamada *via clássica* e a *via prussiana*.

Engels, no prefácio à 3ª edição do 18 Brumário, ressalta a particularidade francesa e a classicidade da forma francesa da luta de classes. Forma clássica por possuir a dimensão da radicalidade, a forma aguda e inigualável de por a nú a contradição burguesia-proletariado, e toda a negação pela burguesia de seu antigo e revolucionário lema de Igualdade, Liberdade, Fraternidade, a partir das revoluções de 1848.

Marx, por sua vez, referiu-se à Inglaterra como sendo o “demiurgo do cosmo burguês” (9). A trajetória clássica se apresenta na Inglaterra ao nível do

econômico, seu desenvolvimento industrial levou-a a ser o “termômetro” da Europa, o berço clássico do capital industrial.

Lukács explicita o que Marx define como “clássico”: “o desenvolvimento no qual as forças econômicas, determinantes em última instância, se expressa, de modo mais claro, evidente, sem interferências, sem desvios, etc., que nos demais casos” (10).

Nesta linha de concretude do capitalismo enquanto processos particulares apreendidos, a Alemanha se apresenta como uma formação diferenciada porém “submetida às necessidades impostas pelo desenvolvimento geral da Europa capitalista” (11). Marx, com uma ironia infalível, denuncia a miséria alemã na Crítica à Filosofia do Direito de Hegel, apresenta ele a Alemanha como a “consciência teórica” (12) da Europa. Enquanto a Inglaterra e a França destruíram o antigo sistema produtivo feudal, substituindo-o violentamente e pela raiz, por formas mais avançadas da produção capitalista, a Alemanha elaborava filosoficamente sobre tais mudanças: “Em política os alemães *pensaram* o que os outros povos *fizeram*” (13). As condições da Alemanha não permitiram o surgimento de uma burguesia nacional forte, e quando da sua unificação (1870) em Estado Nacional o caminho seguido foi o da “revolução pelo alto”, um caminho que sob a égide da Prússia e dos latifundiários junkers realizou o Estado alemão nos moldes de um desenvolvimento capitalista que não extirpou de vez as antigas formas de exploração, seguindo um processo mais lento e desastroso para a massa trabalhadora alemã. A Alemanha apresentava um certo anacronismo, uma objetivação tardia do capitalismo industrial, principalmente verificável quanto às tarefas da classe burguesa. A burguesia na Alemanha cumpriu seu papel histórico de classe revolucionária de forma parcial; somente economicamente ela alcançou seus objetivos de forma a tornar a Alemanha uma nação autônoma e imperialista, deixando no entanto de cumprir o ideal democrático burguês.

A superação reacionária da miséria alemã deixou seqüelas: as guerras, o nazismo do século XX. E, para entendê-los é necessário levar em conta a particularidade da miséria alemã.

Também Lenin, na trajetória marxista, não deixou de apreender as formas particulares da existência concreta do real. No ESTADO E REVOLUÇÃO, Lenin revela que a revolução russa de 1917 foi percorrida por um caminho muito específico, e a história revelaria este caminho e o superaria, principalmente quando um país desenvolvido transitasse para o socialismo, isto é, um país que já tivesse cumprido a etapa de acumulação e produção de riquezas nos moldes capitalistas; aí o socialismo deixaria de ser um socialismo de acumulação e poderia levar a cabo a desalienação e portanto a humanização do todo social sob a hegemonia da classe operária. Esta questão fundamental de Lenin foi negligenciada pelo estalinismo, que da mesma forma como a ideologia burguesa não apreende a lógica da particularidade e não captou a especificidade do socialismo de acumulação. O estalinismo fez da revolução russa de 1917, a revolução clássica do socialismo, isto é um processo universal, perene e passível de em outras situações e lugares. Desnecessário desdobrar aqui os resultados funestos para o movimento socialista internacional de tal consideração.

A MISÉRIA BRASILEIRA

A obra lukacsiana e a sistematização da lógica da particularidade divulgada no Brasil não deixou de ser apreendida e aprofundada, aliás exigência desta mesma lógica e da sua apreensão. Pensando a miséria brasileira José Chasin elaborou o conceito de via colonial, através da matriz teórica do conceito de via prussiana.

Em um primeiro momento nota-se uma semelhança entre a via prussiana de objetivação do capitalismo e a forma como o Brasil encontrou seus caminhos de desenvolvimento. Esta semelhança se dá em termos da “revolução pelo alto” e outros aspectos que foram apontados por José Chasin: “... tanto no Brasil, quanto na Alemanha, a grande propriedade rural é presença decisiva; de igual modo, o reformismo pelo “alto” caracterizou os processos de modernização de ambos, impondo-se, desde logo, uma solução conciliadora no plano político imediato, que exclui as rupturas superadoras, nas quais as classes subordinadas influiriam, fazendo valer seu peso específico, o que abriria a possibilidade de *alterações* mais harmônicas entre as distintas *partes* do social. Também nos dois casos o desenvolvimento das forças produtivas é mais lento, e a implantação e a progressão da indústria, isto é, do “verdadeiro capitalismo”, do modo de produção especificamente capitalista, é retardatário, *tardia*, sofrendo obstaculizações e refreamentos decorrentes da resistência de forças contrárias e adversas. Em síntese, num e noutro casos, verifica-se, para usar novamente uma fórmula muito feliz, nesta sumariíssima indicação do problema, que o *novo* paga alto tributo ao *velho* (14).

Esta citação expõe os elementos comuns entre Brasil e Alemanha, o que poderia sugerir em um primeiro momento que a chamada via prussiana, enquanto referencial teórico poderia ser transportada para o Brasil. Mas, como já dissemos anteriormente este conceito não esgota a realidade, ele atende à conceituação teórica da particularidade alemã. E é pela apreensão das divergências e dessemelhanças que o conhecimento científico se produz. Conclui-se que, apesar das semelhanças, os caminhos são distintos, suas gênese evoluíram para resultados diversos; no caso da questão fundiária esta distinção é marcante: “... no caso alemão, se está indicando uma grande propriedade rural proveniente da característica feudal posta no quadro europeu, enquanto no Brasil se aponta para um latifúndio procedente de outra gênese histórica, posto, desde suas formas originárias, no universo da economia mercantil pela empresa colonial” (15).

O aspecto do desenvolvimento industrial e das forças produtivas também se apresenta como fundamental. A Alemanha se forjou no bojo do processo de acumulação em fins do século XIX de tal forma que lhe restavam condições para entrar na luta pelos mercados imperialistas, enquanto que o Brasil forjou suas condições mínimas de desenvolvimento industrial em meados do século XX, freado nas suas possibilidades de desenvolvimento autônomo, sendo mesmo presa das nações industrializadas imperialistas, inclusive a Alemanha.

Por estas, e inúmeras outras diferenças que poderiam ser apontadas, diz-se que, se na Alemanha o processo de industrialização foi tardio, no Brasil

este processo foi “hipertardio” (16). É sobre este nexos que ocorre a acumulação capitalista mundial, e é sob esta subordinação aos capitais estrangeiros que o latifúndio cumpre seu papel nos períodos tanto de acumulação mercantil quanto de acumulação industrial e impõe seu preço fundado nesta subordinação para a ascensão da indústria no século XX.

Diferentemente da miséria alemã, a miséria brasileira é ainda mais desastrosa, pois se na primeira a debilidade estrutural da burguesia permitiu pelo menos o avanço econômico, sem realizar uma revolução democrática, no Brasil a situação é mais miserável porque a burguesia brasileira sem realizar nunca qualquer ruptura política radical com o atraso, também não consegue vencer as forças econômicas retrógradas mantendo-se subordinada e dependente do latifúndio e do capital internacional.

A este capitalismo hipertardio objetivado no Brasil chamamos de via colonial. Conceito que demonstra a impossibilidade histórica da burguesia nacional realizar a revolução democrático-burguesa para impor o seu domínio. Se no passado a burguesia brasileira não cumpriu seu papel revolucionário, muito menos ela o poderá cumprir no presente ou no futuro. A superação da miséria brasileira — material, política e ideológica — somente poderá ser levada a cabo sob a perspectiva do trabalho, práxis possível somente sob a hegemonia política da massa trabalhadora.

Discorrendo sobre o conceito de via colonial, captando sua riqueza intelectual de apreensão da realidade e a necessidade de seu desdobramento, acreditamos que a questão da particularidade entre os pensadores marxistas não é uma sutileza do espírito ou uma filigrana teórica, trata-se do único caminho possível para a elaboração de uma teoria revolucionária, que indique os reais caminhos e possibilidades de superação da miséria do capitalismo brasileiro.

Há muitas outras questões que envolvem a discussão da lógica do particular, enquanto real concreto e enquanto categorias do pensamento, porém aqui para finalizarmos este trabalho retomaremos a questão inicial indicando outra dimensão que envolve as tramas ideológicas da teoria liberal burguesa, e a sua tendência em trabalhar com categorias isoladas e a-históricas. “... verificar-se na ciência burguesa um processo de divisão do trabalho. Antes de mais nada, a ciência econômica é desistoricizada. O nascimento de uma nova ciência, a sociologia, serve fundamentalmente para tratar as categorias sociais desligando-as da economia, e, portanto, por um lado para transformá-las — agora que foram destacadas da base econômica em formas “eternas”, “universais”, da convivência dos homens abstratamente concebida, e, por outro para destacar os fenômenos econômicos de sua referência à sociedade e conseqüentemente para transformá-los — também eles convertidos em formas “puramente econômicas” — em “eternos” e “universais”. O método dialético de Marx — no qual a história, a sociedade e a economia são representadas como um processo unitário indissociável (mantendo-se firmemente a prioridade da base econômica) — é uma intensa polêmica, portanto, contra esta separação mental daquilo que na realidade é ligado, contra esta unilateralização abstrata de setores parciais artificialmente divididos, contra a exclusão das reais media-

ções econômicas e sociais, contra a dissolução artificiosa e sofisticada das contradições, etc.” (17).

Reconhecemos que o mérito de Lukács é o de ter participado desta polêmica, durante sua existência, em nome do retorno à essencialidade do pensamento, da dialética marxista, contrário às classificações e tipologias sociológicas e economicistas próprias da ciência burguesa.

Nesta mesma esteira, calcado na necessidade do retorno à Marx, Chasin desmembra o emaranhado ideológico em torno do conceito de totalitarismo (18) cuja elaboração pela ciência política burguesa nega as determinações econômicas do fenômeno do fascismo “... encaminha a explicação do político pelo político, do político por ele próprio” (19). O fascismo é explicado “sem referência ao modo de produção em que se manifesta; com desprezo pela historicidade do fenômeno; sem preocupação de investigar as relações infra-superestruturais concretas em que emerge” (20). Neste artigo o autor insiste na necessidade de se compreender o fascismo enquanto particularidade de países capitalistas, imperialista — fenômeno originário da miséria anterior deles — portanto impossível de ser “igualizado” com qualquer outro fenômeno de “aspecto semelhante” que surge em países capitalistas, porém cuja subordinação revela outro nível de miséria.

A autonomização do político em relação às determinações econômicas é a ideologia da burguesia porque é através dela que eterniza as relações de dominação e transfere para a massa sua concepção de mundo. A ciência política assemelha os elementos superestruturais dos fenômenos e por um processo de exclusão e redução procura preservar a liberdade que lhe convém. Uma liberdade abstrata em uma democracia universal sem determinação de classe.

Se há semelhanças, se há processos que se tocam em resultados ou motivações, necessariamente há dessemelhanças entre estes mesmos processos. Se a produção via pensamento se limitasse às semelhanças superestruturais ela seria extremamente pobre, a ciência seria desnecessária porque bastariam as constatações de convergências. No entanto, a realidade concreta é composta de uma tal riqueza de alternativas que o pensamento científico se faz necessário, como na colocação de Marx no “Capital”: “Toda ciência seria supérflua se a aparência das coisas coincidissem diretamente com sua essência”. O processo de inteligência científica em relação com o real, que é sempre muito mais rico e em transformação, é objetivo e possível quando se apercebe e expõe as particularidades deste mesmo real.

Julgamos apropriado, aproveitando o espaço que nos resta, indicar uma relação mínima de textos onde a questão da particularidade surge. Pensamos mesmo que um trabalho que mostrasse a trajetória, nestes textos, da concreção da categoria da particularidade seria de grande interesse.

- Introdução à Crítica do Direito de Hegel — Marx
- Ideologia Alemã — Marx e Engels
- A Sagrada Família — Marx e Engels
- Revolução e Contra-revolução na Alemanha — Engels

- Burguesia e Contra-Revolução – Marx
- Prefácio às Guerras Camponesas na Alemanha – Engels
- Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858 – Marx
- Duas Táticas da Social Democracia – Lenin
- O Programa Agrário da Social Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907 – Lenin
- Cadernos Filosóficos – Lenin
- Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia – Lenin
- Introdução a uma Estética Marxista – George Lukács
- Estética – George Lukács – principalmente capítulo XII
- Ontologia do Ser Social – Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx – George Lukács
- Integralismo de Plínio Salgado – Forma de Regressividade no Capitalismo hipertardio – José Chasin
- “Oposição e Discurso econômico: a Politização da Totalidade” in Temas nº 2 de José Chasin
- “Lukács: Vivência e Reflexão da Particularidade” in Escrita-Ensaio nº 9 pag. 55 por J. Chasin

NOTAS

1. Formulação feita por José Chasin em 1982 na Semana de Filosofia em homenagem a Merleau Ponty e George Lukács na UFMG.
2. *El Asalto a La Razon – La trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler* – George Lukács – Ediciones Grijalbo S.A. 1972 – pág.9.
3. “O particular representa ... precisamente a expressão lógica das categorias de mediação entre os homens singulares e a sociedade” *Introdução a Uma Estética Marxista* – G. Lukács – pág. 85 – Civilização Brasileira – 2ª edição.
4. Esta questão está detalhada no artigo Lukács: Vivência e Reflexão da Particularidade por José Chasin in *Escrita-Ensaio* nº 9 pág. 55.
5. Introdução ... – op. cit. pág. 85.
6. *Ontologia do Ser Social – Os Princípios Ontológicos fundamentais de Marx* – George Lukács págs. 126/127 – Ed. Ciências Humanas – 1979.
7. Observar os conceitos de desenvolvimento, subdesenvolvimento e em vias de desenvolvimento.
8. *O Integralismo de Plínio Salgado – Formas de Regressividade no Capitalismo Hiper-tardio* – Editora Ciências Humanas – 1978 – Pág. 621.
9. “Lutas de Classe em França” – Marx, in *Textos* 3 pág. 189 – Edições Sociais.
10. *Ontologia* – op. cit. pág. 121.

11. *El Asalto* ... op. cit. pág. 29.
12. “Crítica à Filosofia do Direito de Hegel” – Marx – in *Temas* n^o 1 Editora Ciências Humanas 1977 – pág. 1.
13. *Crítica* ... op. cit. pág. 7.
- 14, 15 e 16 – *Integralismo* ... op. cit. pág. 86.
17. *Introdução* ... op. cit. pág. 86.
- 18, 19 e 20 – “Sobre o Conceito de Totalitarismo” por J. Chasin in *Temas* n^o 1 op. cit. pág. 120/121.